ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ADÉLIA.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se na sala das sessões na Rua Angelina Matioli Bonjardim, nº 580, a Câmara Municipal de Santa Adélia, em sessão extraordinária. – Às nove horas e trinta minutos, assumiu a Presidência o vereador **LUIZ HENRIQUE MALAVAZZI**. – Na primeira e segunda secretaria funcionaram os vereadores **José Eduardo Aguiar** e **Luciano de Lima** - Feita a chamada averiguou-se a presença dos vereadores Altair Pavani, José Eduardo Aguiar, Leones da Silva Batista, Luciano de Lima, Luiz Fernando Cardozo Barbosa, Luiz Henrique Malavazzi, Paulo Henrique Gonçalves Junior, Roberta Regina Rodrigues e Thiago Marques. – Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou em nome de Deus aberta a sessão que fora convocada de acordo com o art. 125, §1º do Regimento Interno, em atenção ao ofício nº 182/2025, do Senhor Prefeito Municipal para apreciação em única discussão dos seguintes Projetos de Lei:- Projeto de Lei nº 032/2025; Projeto de Lei nº 033/2025 e Projeto de Lei nº 034/2025 - Continuando o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores, dos funcionários da Casa e dos Internautas que acompanham nossos trabalhos. – Em seguida solicitou ao Senhor 1º Secretário a proceder a leitura da Ata da 8ª (oitava) sessão Ordinária que foi dispensada mediante solicitação do nobre vereador Altair Pavani, a qual colocada em discussão e votação, foi considerada **aprovada** por unanimidade- Prosseguindo o Senhor Presidente disse: “Por ser uma sessão extraordinária, não haverá de acordo com o art. 126, do Regimento Interno, a fase de expediente, explicação pessoal e tribuna livre”. – Assim

sendo, convido o senhor secretário a proceder a leitura da pauta da **Ordem do Dia** da presente sessão. – O Senhor secretário lê então, a seguinte pauta:- **Projeto de Lei nº 032/2025**:- Do Senhor Prefeito Municipal – Dispõe sobre a criação de cargo no Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura do Município de Santa Adélia. Providências, com pareceres favoráveis das comissões permanentes. – Posto em discussão o Vereador **Paulo Henrique Gonçalves Junior** disse:- “Senhor Presidente, gostaria de apenas, para aqueles que estão nos assistindo, porque o Projeto fala da criação de cargo, então só pra deixar aqui claro, que é a criação de um cargo de arquiteto, com a classe salarial 41.42.44, com a jornada semanal de quarenta horas”. – **José Eduardo Aguiar**:- “Senhor Presidente, muito importante é analisar sobre o impacto financeiro, então pra que todos tenham conhecimento o percentual de salário será entorno de três mil, trezentos e noventa reais mensais que o profissional ira receber e o imposto será 0,30% (zero trinta por cento) do valor aí estimado que foi votado por nós de noventa e um milhões, então acredito que não criará nenhum empecilho na criação do cargo”. - Posto em votação o senhor Presidente comunica aos nobres edis que a votação será nominal, já que a presente propositura está sujeita ao “quórum” da maioria absoluta para o seu acolhimento e que será efetuada a chamada dos senhores vereadores, os que estiverem de acordo respondam “SIM” e os contrários respondam “NÃO”. – Após a chamada todos responderam “SIM”, ficando em consequência **aprovado** por unanimidade o referido projeto de Lei. – **Projeto de Lei nº 033/2025**:- Do Senhor Prefeito Municipal – Dispõe sobre a alteração da escolaridade do cargo de Agente de Fiscalização de Tributos, previsto na Lei nº 1.658 de 28 de junho de 1.993, com pareceres favoráveis

das comissões competentes. – Posto em votação, o vereador Paulo Henrique Gonçalves Junior disse:- “ Senhor Presidente, novamente aqui um projeto que fala sobre a alteração da escolaridade do Agente de Fiscalização de Tributos e essa alteração será para incluir um requisito de ensino superior, das faculdades de Direito ou ciências Contábeis ou Economia ou de Administração”. - Posto em votação o senhor Presidente comunica novamente aos nobres edis que a votação será nominal, já que a presente propositura está sujeita ao “quórum” da maioria absoluta para o seu acolhimento e que será efetuada a chamada dos senhores vereadores, os que estiverem de acordo respondam “SIM” e os contrários respondam “NÃO”. – Após a chamada todos responderam “SIM”, ficando em consequência **aprovado** por unanimidade o referido projeto de Lei. – **Projeto de Lei nº 034/2025**:- Do Senhor Prefeito Municipal – Prorroga o prazo de vigência do Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 3350 de 02 de junho de 2015, com pareceres favoráveis das comissões competentes. – Posto em discussão e não havendo nenhum vereador se manifestado, o Senhor Presidente coloca o referido projeto de lei em votação, o qual foi considerado aprovado por unanimidade em única discussão. - Encerrada a matéria da **Ordem do Dia** objeto da convocação, o Senhor Presidente comunica a todos que a próxima sessão Ordinária será no dia dois de junho, as vinte horas. – Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença dos nobres vereadores, dos internautas que acompanham nossos trabalhos, dos funcionários da Casa, dando a seguir em nome de Deus, por encerrada a presente sessão desejando a todos um bom dia – E para constar eu, José Eduardo Aguiar, primeiro secretário da Mesa da Câmara, lavrei a presente **Ata** que conforme o disposto

na Resolução nº 003, de 07/10/2013 (**Ata Eletrônica**), a gravação encontra-se arquivada no sistema de gerenciamento eletrônico da Secretaria da Câmara Municipal, e após lida e **aprovada** é assinada.

Vereador **LUIZ HENRIQUE MALAVAZZI**
Presidente da Câmara

Vereadora **JOSÉ EDUARDO AGUIAR**
1º Secretário

Vereador **LUCIANO DE LIMA**
2º Secretário